

Mobilização Pela Revisão Salarial

Encaminhamento imediato do projeto ao Congresso Nacional

Justiça Federal - Quinta – 17/09 – às 15h30min
TRT - Sexta – 18/09 – às 14h – térreo do edifício sede (T-1)
TRE - Segunda – 21/09 - às 15h30min – no auditório do térreo

Os servidores estarão reunidos nesta quinta-feira, na Justiça Federal, e na sexta, no Tribunal Regional do Trabalho, em continuidade às atividades pela revisão salarial e pelo Plano de Carreira. No TRE a assembleia será realizada na segunda-feira, 21/09, no auditório (térreo) do Tribunal. Na ocasião serão discutidas as deliberações da Reunião Ampliada da Fenajfe realizada no dia 12/09 e preparação para o Dia Nacional de Lutas, marcado para o dia 23 de setembro. Nesse momento é importante que a categoria continue mobilizada para que seja garantida a revisão salarial e o envio imediato do projeto ao Congresso Nacional. Nas assembleias (JF e TRE) será servido um lanche aos presentes.

Categoria debate proposta de revisão salarial e marca Dia Nacional de Lutas para 23 de setembro

No último sábado (12), os servidores do Judiciário Federal e Ministério Público da União tiveram mais uma atividade envolvendo a campanha em defesa da revisão salarial e do Plano de Carreira. Mais de 85 pessoas, representando 25 sindicatos de base e a Fenajufe, participaram da reunião ampliada, em Brasília. No encontro, os representantes dos Estados discutiram a proposta de revisão salarial apresentada pelos diretores gerais e também avaliaram como deverá se dar o processo de mobilização daqui pra frente, para garantir mudanças na proposta e o envio imediato do projeto ao Congresso Nacional. A posição unânime da ampliada destacou que a Fenajufe e os sindicatos precisarão de muita unidade e organização para que suas reivindicações sejam atendidas e o resultado final seja a conquista de novos direitos e melhorias para todos os setores da categoria.

A reunião ampliada teve início com os informes dos sindicatos e também com a avaliação do Dia Nacional de Lutas, realizado na sexta-feira (10), em todo o país. Os dirigentes sindicais explicaram como está o processo de mobilização nos locais de trabalho, destacando que os servidores mostraram preocupações com alguns pontos da proposta dos diretores gerais, como a exclusão dos agentes de segurança do direito de receberem a GPT (Gratificação de Gestão de Processo de Trabalho); a criação do prêmio de produtividade no valor máximo de uma remuneração, previsto no artigo 6º da proposta; e a conseqüente quebra da paridade entre ativos e aposentados.

Nas assembleias realizadas nos Estados, a categoria reivindicou mudanças na proposta e indicou que a Fenajufe atue em Brasília para que o projeto final seja enviado de imediato ao Congresso Nacional. Segundo relatos da maioria dos sindicatos (Sinejam-AM, Sindjufe-BA, Sintrajufe-CE, Sindissétima-CE, Sinje-CE, Sindjus-DF,

Sinpojufes-ES, Sindjufe-MS, Sindijufe-MT, Sindjufe-PB, Sintrajuf-PE, Sinsuspar-PR, Sisejufe-RJ, Sindjero-RO, Sintrajufe-RS, Sindjuf-PA/AP, Sintrajurn-RN, Sintrajusc-SC e Sindiquinze-SP), depois de avaliarem o cenário em que se encontra o processo que envolve a revisão salarial, especialmente o fato de o STF não ter enviado a proposta ao Legislativo no prazo certo para que seu impacto orçamentário fosse incluído na Lei Orçamentária Anual de 2010, os servidores, durante as assembleias, decidiram lutar para que o projeto comece a tramitar logo na Câmara dos Deputados, apensado ao PL 319/07, realizando ainda gestões junto aos tribunais superiores para realizar as mudanças no projeto sobre os pontos que não há acordo. Nesse caso, não sendo possível, será feito o envio imediato ao Congresso e lá a Fenajufe atuará novamente para garantir as mudanças reivindicadas pela categoria. Os sindicatos ligados ao grupo de oposição Luta Fenajufe (Sindjus-AL, Sintrajud-SP, Sitraemg-MG e Sintrajufe-MA) no entanto, explicaram o resultado de suas assembleias, informando que os servidores defendem o envio do projeto ao CN somente depois que as alterações reivindicadas por eles sejam garantidas no âmbito do Judiciário.

Após os relatos dos sindicatos, os participantes da ampliada iniciaram o debate sobre as sugestões apresentadas e também sobre as ações que deverão ser encaminhadas pela Fenajufe nos próximos dias. A diretoria da Federação ressalta que a ampliada não teve caráter deliberativo e, por isso, suas resoluções só poderiam ser tomadas por consenso. Em decorrência da posição contrária dos sindicatos ligados ao Luta Fenajufe, não foi possível o acordo em relação a todos os pontos. As demais questões, relativas à revisão salarial, serão encaminhadas pela Fenajufe a partir das resoluções tomadas no âmbito da Diretoria Executiva, durante reunião do dia 11/09.(Fenajufe)

**Filiados ao Sinjufego não pagam honorários advocatícios nas ações propostas.
Garanta seus direitos, filie-se já!**

Veja os encaminhamentos consensuados na reunião ampliada

No espaço que existir de negociação junto aos tribunais e na tramitação no Congresso Nacional defender os seguintes pontos:

- Defesa da paridade.
- Contra a política de remuneração salarial baseada em produtividade competitiva que promove adoecimentos e assédio moral. Supressão do artigo 6º da proposta dos diretores gerais.
- Diminuir a diferença salarial atual entre os cargos (auxiliares, técnicos e analistas), tendo como parâmetro a tabela da Fenajufe.
- Priorizar o incremento do vencimento básico em relação às gratificações.

23 de setembro será Dia Nacional de Luta

Um dos pontos consensuados pelos participantes da reunião ampliada foi em relação ao calendário de lutas em defesa da revisão salarial e da continuidade dos debates sobre o Plano de Carreira. A próxima data de mobilização será 23 de setembro, Dia Nacional de Luta do Judiciário Federal e do MPU, com indicativo de ato unificado em Brasília.

Confira as resoluções da reunião da Diretoria Executiva da Fenajufe sobre Revisão Salarial

- *Garantir a revisão salarial e o envio imediato do projeto ao Congresso Nacional, além da continuidade do debate sobre a carreira.*
- *Incrementar a mobilização da categoria e definir um calendário de lutas para o próximo período visando o*

envio e tramitação do projeto ao Congresso Nacional e garantir que nossas propostas sejam contempladas.

• *No espaço que existir de negociação junto aos tribunais e na tramitação no Congresso Nacional defender os seguintes pontos:*

- *Diminuir a diferença salarial atual entre os cargos (auxiliares, técnicos e analistas), tendo como parâmetro a tabela da Fenajufe e alternativas, como a fixação da GPT fixa (sobre o último padrão do analista), caso essa seja criada, alterando-se o caput do art. 2º.*

- *Priorizar o incremento do vencimento básico em relação a gratificações e caso seja criada a GPT, defender que seja garantido o pagamento isonômico da nova gratificação a todos os servidores, com a supressão do parágrafo único do art. 2º.*

- *Defender a criação em lei do Conselho Consultivo com composição paritária, além de explicitar atribuições que garantam o estudo e a elaboração de propostas para qualificar a carreira e garantir na lei prazo para sua implantação.*

- *Reenquadramento dos auxiliares judiciários.*

- *Criação dos cargos de Oficial de Justiça, Agente de Segurança e Inspetor de Segurança.*

- *Rejeitar quaisquer propostas que tragam perda de direitos.*

- *Questionar qualquer aumento diferenciado dos CJs. Independentemente do encaminhamento de projeto salarial, que os sindicatos divulguem e aprofundem o debate na base sobre a proposta de carreira da Fenajufe, e que no Congresso Nacional de Fortaleza atualizemos o debate e a proposta de Plano de Carreira e sejam definidos os encaminhamentos necessários.*

Fenajufe protocola no STF Mandado de Injunção sobre revisão geral dos servidores

Os coordenadores da Fenajufe Roberto Policarpo, Rogério Fagundes e Roniel Andrade e o assessor jurídico nacional Pedro Maurício Pita Machado protocolaram nessa segunda-feira (14), no STF, o Mandado de Injunção nº 1872 reivindicando os índices de revisão geral anual para toda a categoria. O advogado da Federação ressalta que a revisão geral é assegurada aos servidores públicos pelo artigo 37, inciso X, da Constituição Federal, em caráter anual, desde a Reforma Administrativa de 1998. No entanto, segundo ele explica, desde então, só foram concedidos reajustes nos anos de 2002 e 2003 e em índices inferiores à inflação, respectivamente de 3,5% e 1,0%.

Segundo Pita Machado, o pedido segue a linha dos julgamentos mais recentes do STF em relação a esse tipo de matéria. “Depois dos mandados de injunção da greve no serviço público e da aposentadoria especial dos servidores, o Supremo passou a admitir que é possível conceder o próprio direito reclamado. Não se limita mais a reconhecer a falta de norma. Deu efetividade ao próprio direito constitucional que não podia ser exercido por falta de regulamentação”.

Para Rogério Fagundes, coordenador Jurídico e Parlamentar da Fenajufe, o momento é oportuno,

exatamente porque o Supremo reviu sua posição. “Por outro lado, a falta de revisão geral vem causando enormes prejuízos aos servidores, que só aumentam com o passar do tempo, além do grave desrespeito à própria Constituição do País”.

O mandado de injunção da Fenajufe defende a concessão de índices anuais equivalentes aos reajustes dos benefícios previdenciários. “Isso porque esse é o critério já utilizado para a revisão das aposentadorias e pensões concedidos aos servidores no regime da Emenda Constitucional 41 de 2003. O acumulado dos últimos cinco anos representa 28,29%. Alternativamente foi citada a evolução do INPC, ligeiramente inferior, de 27,98% no mesmo período”, explica Pita Machado.

“Assim, deverá ser fixado, por este Eg. Tribunal, o percentual de reposição geral a ser pago aos servidores, com sua imediata incorporação em folha de pagamento e condenação na satisfação dos atrasados, tanto nos anos em que não houve qualquer concessão quanto naqueles em que se mostrar insuficiente e inadequado (omissão parcial)”, afirma trecho do MI.

Segundo o assessor jurídico da Fenajufe, o Mandado de Injunção nº 1.872 foi distribuído à ministra Carmen Lúcia.